

Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicinais, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Guajará) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade ensina a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, conforme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46% de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.

Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação de uso sustentável e proteção integral, que

representam 22% do território estadual.

A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.

2.3 Trabalho com Responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limites constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de programas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.

2.4 Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do

estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da *accountability*, transparência e o aprimoramento da governança pública.

3. DIMENSÕES DO PPA 2024-2027

No PPA 2024-2027 utiliza-se a disposição de três dimensões, quais sejam:

Estratégica, Tática e Operacional.

A definição de cada uma delas está relacionada à visão que se alcança, e também a fatores como o grau de detalhamento e a temporalidade dos resultados. Um dos maiores desafios para a melhor configuração do PPA é alcançar a integração entre essas três diferentes dimensões.

Apesar do ciclo do PPA ser de médio prazo, tem-se a clareza do seu impacto no enfrentamento e mitigação dos problemas estruturais, uma vez vinculada à implementação das políticas públicas, sob a responsabilidade do governo estadual. Tais questões integram o conjunto das ações continuadas e/ou prioritárias do atual Plano, tornando evidente a importância dos Objetivos Estratégicos, conforme sinaliza o Manual do PPA 2024-2027:

"...são declarações de propósitos da alta gestão da organização que definem, claramente, o que ela pretende alcançar em um determinado período. Desse modo, os objetivos estratégicos estão vinculados à missão e à visão de futuro da organização e, assim, orientam a definição de metas mensuráveis (objetivos quantificáveis) que propiciem o alcance dos resultados desejados".

Importante ainda ressaltar que, os Indicadores de Resultado, que mensuram a efetividade das políticas públicas estruturadas em Programas Temáticos, ao final de cada ciclo do PPA, foram também interligados aos Objetivos Estratégicos dessa Dimensão.

A partir dos objetivos estratégicos são estabelecidos, já na dimensão tática, os Programas.

À Dimensão Tática apropria-se a maior parte da estrutura do PPA em si, com os Programas e seus atributos: Objetivos, Indicadores de Processo e Metas Regionalizadas. Enquanto Objetivos de Programas, esse atributo será mensurado por meio dos Indicadores de Processo regionalizados, apurados e avaliados anualmente, para inferir a eficiência do conjunto de ações que estruturam cada Objetivo. As Metas regionalizadas constituem, por assim dizer, as prioridades da gestão estadual em cada região, em consonância às demandas de cada população local

A Dimensão Operacional, composta pelo conjunto de ações por meio das quais serão executados projetos e atividades para consecução dos programas e seus objetivos, estabelece a relação direta entre o PPA e a LOA, sendo no PPA definidos seus atributos e estabelecidas metas físicas e financeiras, especializadas por região e município, que nortearão a elaboração dos demais instrumentos de planejamento anuais.

Figura 5: Dimensão Estratégica do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023

4. CICLO DE GESTÃO DO PPA 2024-2027

O PPA exerce papel fundamental no sistema de planejamento estadual, pois expressa, como já visto anteriormente, as diretrizes, objetivos e metas do governo, indicando suas prioridades para o período de quatro anos.

O ciclo de gestão do PPA compreende as etapas de elaboração, execução, monitoramento, avaliação e revisão, as quais executadas de forma sucessiva e complementar, estabelecem um modelo de gestão por resultados, adequado ao princípio fundamental da regionalização.

Também permeiam todas as etapas desse ciclo a regionalização e a participação social, além das práticas da intersetorialidade, transversalidade, a transparência e controle social, a efetividade das políticas públicas e a integração ao orçamento. Apesar de ser elaborado a cada quadriênio, possui sua execução anual, a partir da total integração ao orçamento, sendo monitorado e avaliado anualmente, com possibilidade de revisão por exercício, conforme normativas específicas, proporcionando flexibilidade frente a necessários ajustes contingenciais.